



Geografares

ISSN: 2175-3709

ISSN-L: 1518-2002

claudio.zanotelli@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo

Brasil

Bonfá Neto, Dorival; Suzuki, Júlio César
Por uma geografia das existências: entrevista com a professora e geógrafa Catia Antonia da Silva
Geografares, vol. 5, núm. 41, e-48776, 2025, Julio-Diciembre
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória- Espírito Santo, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.47456/geo.v5i41.48776>

Disponibile en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=777782761022>

- ▶ [Cómo citar el artículo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Más información del artículo](#)
- ▶ [Página de la revista en redalyc.org](#)

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la academia

Por uma geografia das existências: entrevista com a professora e geógrafa Catia Antonia da Silva

For a geography of existences: interview with professor and geographer Catia Antonia da Silva

Por una geografía de las existencias: entrevista con la profesora y geógrafa Catia Antonia da Silva

Pour une géographie des existences: entretien avec la professeure et géographe Catia Antonia da Silva

Dorival Bonfá Neto 

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém, Pará, Brasil
bonfaneto@hotmail.com

Júlio César Suzuki 

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil
jcsuzuki@usp.br

RESUMO

Catia Antonia da Silva é carioca, educadora, pesquisadora, professora titular do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1987), com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ (1994) e doutorado em Geografia pela UFRJ (2002). Possui atuação relevante em temas como conflitos socioambientais, povos e comunidades tradicionais em contextos urbanos, pesca artesanal e metodologia de ensino e pesquisa. A partir de suas pesquisas, construiu a categoria de Geografia das Existências, para pensar os invisibilizados, aqueles que possuem as “cidadanias mutiladas”. É líder do Grupo de Pesquisa e Extensão “Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas” e fundadora e coordenadora do Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba. Foi Diretora do Departamento de Extensão da UERJ (2016 a 2019) e Pró-Reitora de Políticas e Assistência Estudantis da UERJ (2020 a 2023). A entrevista com Cátia ocorreu de maneira virtual, em 26 de março de 2024, a partir das 15 horas (horário de Brasília).

PALAVRAS-CHAVE: educação; geógrafas; geografia das existências; mulher negra; teoria e método.

ABSTRACT

Catia Antonia da Silva is a native of Rio de Janeiro, an educator, researcher, and full professor in the Department of Geography at the State University of Rio de Janeiro (UERJ). She graduated in Geography from the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) in 1987, holds a master's degree in Urban and Regional Planning from UFRJ (1994), and earned her PhD in Geography from the same university in 2002. Her work stands out in topics such as socio-environmental conflicts, traditional peoples and communities in urban contexts, artisanal fishing, and teaching and research methodology. Based on her studies, she developed the category of Geography of Existences to reflect on the invisibilized, those with "mutilated citizenships." She is the leader of the Research and Extension Group "Urban, Territory, and Contemporary Changes" and the founder and coordinator of the Socio-Environmental Observatory of Sepetiba Bay. She served as director of the Extension Department at UERJ (2016–2019) and vice-rector of Policies and Student Assistance at UERJ (2020–2023). The interview with Catia was conducted virtually on March 26, 2024, at 3 p.m. (Brasilia time).

KEYWORDS: education; women geographers; geography of existences; black woman; theory and method.

RESUMEN

Catia Antonia da Silva es carioca, educadora, investigadora y profesora titular del Departamento de Geografía de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ). Se graduó en Geografía por la Universidad Federal de Río de Janeiro (UFRJ, 1987), tiene maestría en Planificación Urbana y Regional por la UFRJ (1994) y doctorado en Geografía por la misma universidad (2002). Su trabajo se destaca en temas como conflictos socioambientales, pueblos y comunidades tradicionales en contextos urbanos, pesca artesanal y metodologías de enseñanza e investigación. A partir de sus estudios, desarrolló la categoría de Geografía de las Existencias para reflexionar sobre los invisibilizados, aquellos con "ciudadanías mutiladas". Es líder del Grupo de Investigación y Extensión "Urbano, Territorio y Cambios Contemporáneos" y fundadora y coordinadora del Observatorio Socioambiental de la Bahía de Sepetiba. Fue directora del Departamento de Extensión de la UERJ (2016-2019) y vicerrectora de Políticas y Asistencia Estudiantil de la UERJ (2020-2023). La entrevista con Cátia se realizó de forma virtual el 26 de marzo de 2024 a las 15 horas (hora de Brasilia).

PALABRAS-CLAVE: educación; geógrafas; geografía de las existencias; mujer negra; teoría y método.

RÉSUMÉ

Catia Antonia da Silva est originaire de Rio de Janeiro, éducatrice, chercheuse et professeure titulaire au Département de Géographie de l'Université d'État de Rio de Janeiro (UERJ). Elle est diplômée en géographie de l'Université fédérale de Rio de Janeiro (UFRJ) en 1987, titulaire d'un master en planification urbaine et régionale de l'UFRJ (1994) et d'un doctorat en géographie de la même université (2002). Ses travaux se distinguent par des thèmes tels que les conflits socio-environnementaux, les peuples et communautés traditionnels dans des contextes urbains, la pêche artisanale ainsi que la méthodologie d'enseignement et de recherche. À partir de ses études, elle a développé la catégorie de Géographie des Existences pour réfléchir aux invisibilisés, ceux ayant des « citoyennetés mutilées ». Elle est la responsable du Groupe de Recherche et d'Extension « Urbain, Territoire et Changements Contemporains » et fondatrice ainsi que coordinatrice de l'Observatoire socio-environnemental de la baie de Sepetiba. Elle a été directrice du Département d'Extension de l'UERJ (2016–2019) et vice-rectrice aux Politiques et à l'Assistance étudiante de l'UERJ (2020–2023). L'entretien avec Catia a eu lieu virtuellement le 26 mars 2024 à 15 heures (heure de Brasilia).

MOTS-CLÉS : éducation ; géographes femmes ; géographie des existences ; femme noire ; théorie et méthode.

INTRODUÇÃO

Entrevista realizada em 26 de março de 2024 a partir das 15 horas, de maneira virtual, com duração total de 1h46m. Participaram da entrevista, além da entrevistada, os professores e geógrafos Dorival Bonfá Neto e Júlio César Suzuki. Na entrevista, são abordados temas como teoria e método da geografia, novos rumos e novas narrativas da geografia brasileira, docência, ensino e pesquisa e suas articulações com os campos sociais e com os sujeitos. Durante a entrevista, a trajetória pessoal e acadêmica da vida da Catia se relaciona de maneira única, fornecendo elementos essenciais para pensar a ciência e a educação hoje.

Figura 1 – Catia Antonia da Silva



Fonte: acervo pessoal da Catia Antonia da Silva, 2023.

ENTREVISTA COM CATIA ANTONIA DA SILVA

1 – Dorival Bonfá Neto (DBN): Você cresceu durante a ditadura empresarial-militar, quais foram os lugares ou territórios da sua infância, e posteriormente, da sua vida universitária? Como era aquele Rio de Janeiro?

Catia Antonia da Silva (CAS): Eu sempre estudei em escola pública, sou oriunda de uma família de pessoas simples, pai funcionário público, mãe do lar, três irmãos, nasci no Campo Grande, um bairro periférico, que se modernizou muito. Em 2024, faço 59 anos [nasceu em 1965], o tempo de vida ajuda a pensar o território. Nas décadas de 1970 e 1980, Campo Grande era um bairro bem periférico, então eu vivi a passagem do rural para o urbano, a passagem do fim da agricultura da laranja para a periferização, que a cidade do Rio de Janeiro, a região metropolitana estava vivendo. Eu, muito menina, estudei na Escola Municipal Belisário Pena e, com 15 anos, fui fazer o Ensino Médio no Colégio Estadual Professor Fernando Antônio Raja Gabaglia. Eu sempre dizia para meus pais que queria ser professora, mas não sabia do quê. Cheguei a brincar com meus vizinhos, e sem querer comecei a alfabetizá-los, eles com 5 anos e eu com 7 anos. Até que os vizinhos disseram para meu pai que eu estava alfabetizando as filhas dos vizinhos e ele acabou com aquilo, dizendo que não era brincadeira. Eu fui para o colégio público Raja Gabaglia e vivi ainda na década de 1980 uma coisa bem interessante que era o processo seletivo para entrar no Ensino Médio, então tive que fazer a prova, que era bem difícil. Tinha uma qualidade de Ensino Médio que depois, quando professora, eu vi essa decadência e fiquei muito triste, tive crises de depressão e não consegui ficar muito tempo como professora no colégio estadual. Quando você via o que mudou e o quanto que mudou quando o seu colega professor dizia que o aluno poderia aprender de qualquer maneira e eu dizia que não, pela dignidade de alguém que veio da escola pública de ser merecedora da escola pública melhor para todo mundo. Fica o debate do salário, de salários baixos, então “se brinca” de dar aula e isso se torna uma violência, como diria Milton Santos, uma “violência epistêmica”, porque é uma questão da dignidade.

2 – Júlio César Suzuki (JCS): Com relação a esse momento da infância, ser criança em Campo Grande, e depois ser adolescente, como era sua vivência, que dificuldade sentia com relação aos sonhos, e quando que você começa a ter uma direção em relação ao mundo que é de certas descobertas?

CAS: Minha experiência com a escola não foi boa no início. Eu chorava e a professora dizia que se eu chorasse eu iria molhar as plantas, então aquilo pra mim era uma violência [risos]. Então meu pai me trocou de escola, ele era muito sensível. A minha experiência inicial, eu fui muito protegida e depois no ensino médio comecei a seguir sozinha, a ir sozinha, a sair e a caminhar. E eu tinha uma sensação, que era estranha, de achar que Campo Grande era pequeno pra mim. Por mais que Campo Grande fosse grande, eu queria mais. Eu sempre olhava para o horizonte de Campo Grande e sentia que queria ir além. Talvez porque meu pai sempre trabalhou no centro da cidade, ou talvez alguma coisa por ser filha de lanchês, que é vento, não é terra [risos]. Eu sempre tive essa sensação. Foram meus professores do Raja Gabaglia que me orientaram com relação ao vestibular. Eu não tinha noção do que era o vestibular, eu fui a primeira da minha família, em relação aos meus pais, tios, primos e irmãos, a fazer universidade.

3 – DBN: Você começa trabalhando com Andreilino Campos, Júlia Adão Bernardes e, posteriormente, com Ana Clara Torres Ribeiro, e, teoricamente, você vem de uma Geografia marxista, dos anos 1980, 1990, e passa a ter contatos com os pensamentos de Milton Santos, passando por Henri Léfèbvre, até chegar hoje em uma leitura mais dos sujeitos, dos processos locais e das existências. Como você vê e fez toda essa convergência?

CAS: Aí você coloca três linhas. Na primeira linha, é quando eu entro na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1984, e fiz minha graduação em Licenciatura em Geografia até 1987. Eu tive minha primeira experiência no campo do debate marxista na disciplina do professor Maurício de Almeida Abreu que já tratava do tema e a professora Júlia Adão Bernardes, que dava uma disciplina chamada de Terceiro Mundo. Então, a Júlia me convidou para ser bolsista de iniciação científica. A experiência de estar na universidade, fazer pesquisa, fazer extensão é muito importante. Eu sempre digo para os alunos que ninguém deve passar pela universidade apenas para fazer aula, mas devem ter a experiência de fazer pesquisa e extensão, pois faz toda a diferença na vida de uma pessoa. Meus primeiros contatos com o marxismo foram no âmbito da disciplina de Geografia Urbana, do Maurício de Almeida Abreu, e da disciplina Mundo, de Júlia Adão Bernardes. Em 1988, eu começo a fazer o bacharelado em Geografia, mas não terminei e fui fazer uma especialização no IPPUR (Instituto de Planejamento Urbano e Regional) da UFRJ, "Planejamento e Uso do Solo", mas não dava para fazer muita coisa

porque eu já era professora do Estado. Com 22 anos, eu passei no concurso para professora na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e para a rede Municipal de Educação, mas eu não queria parar de estudar e fui fazer essa especialização no IPPUR. E lá, a disciplina que tínhamos sobre Planejamento Urbano e Uso do Solo trabalhava muito os marxistas, então vai ser na especialização e no mestrado que eu faço esse aprofundamento nas leituras marxistas. Tivemos que ler os cinco volumes do Capital [risos]. Agora em relação ao Milton Santos, a professora Júlia e a professora Ana Clara faziam uma pesquisa sobre modernização no Sudeste e Júlia me levava para as reuniões que ela tinha com o Milton Santos na UFRJ, ele tinha voltado para o Brasil, e foi também quando conheci a Ana Clara, mas nessa época eu estava terminando a graduação. E o debate deles parecia ser o “debate dos deuses” porque eu não entendia nada que eles falavam [risos], então eu tive que ler muito pra entender. Foi nesse âmbito que eu conheci as primeiras obras do Henri Léfèbvre, e Ana Clara sempre me dizia que quando ele escrevia era para confrontar com os arquitetos e urbanistas, ele não está conversando com geógrafos, isso ela falava várias vezes, porque a gente às vezes pegava os conceitos do Léfèbvre e usávamos como se fossem conceitos geográficos. E a Ana dizia: “cuidado com isso”. Essa relação do Léfèbvre com o Milton Santos não é uma relação simples, pois o Léfèbvre traz um leque de leitura extremamente complexo em relação ao marxismo, já o Milton Santos dialogava também com outras vertentes, como o Marcuse, o Sartre, como a ideia de Totalidade, de Totalização que o Milton discute, está na obra do Sartre. Sobre Léfèbvre, como a gente faz com qualquer obra, é uma tradução, não é ele inteiro. Os debates sobre Espaço vivido, Direito à Cidade, quando ele problematiza o Modo de Vida e mais recentemente quando ele discute a relação entre Lógica Formal e Lógica Dialética, eu considero esses debates como a melhor contribuição de Henri Léfèbvre para o que a gente trabalha.

4 – JCS: Houve grandes professores que passaram pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como o Roberto Lobato Corrêa, a Maria do Carmo Corrêa Galvão e a Berta Becker. Como é que foi ter essa proximidade com esses intelectuais, se eles lhe permitiram desenvolver alguma semente em seu coração?

CAS: Você me falando assim me traz muita lembrança e muito afeto. A professora Maria do Carmo Galvão dava aula de Geografia Agrária. O primeiro trabalho de campo eu não pude ir por uma questão familiar. Eu chorei a noi-

te inteira. E passou uma semana na aula e ela virou e falou assim “Catia, tudo bem?”. E eu respondi “eu não pude ir”. Ela virou para mim e falou assim “foi sua mãe que não deixou, não foi?”. Eu disse para ela “sim, foi” e ela falou “então eu vou passar um trabalho para você fazer um trabalho para substituir aquele trabalho de campo” [risos]. Isso foi tão chocante, assim tão marcante, que minha mãe nunca mais me privou de nada, principalmente de trabalho de campo. Então, a minha relação foi muito afetuosa com ela, muito afetuosa com a professora Josete, que era francesa. Eu ficava nervosa na hora da prova de cartografia e ela ficava atrás de mim, quando ela tossia demais era que a questão estava errada [risos]. Júlia Bernardes também, uma grande pessoa, um grande coração na percepção e no trato humano. Eu cresci muito com a Júlia, eu aprendi a escrever melhor com ela, que era extremamente atenta. Trabalhei com ela a iniciação científica desde os 17 anos e até hoje a gente conversa. O professor Maurício de Almeida foi quem trouxe para o meu lado a Geografia Urbana, porque eu acabei me especializando muito nessa área e quando eu fiz o concurso para UERJ foi em Geografia Urbana. O Maurício de Almeida de Abreu com todo rigor que ele tinha, era uma coisa admirável, com ele eu fiz as disciplinas Geografia Urbana e Organização Interna das Cidades, com Lobato eu fiz a disciplina de Rede Urbana, mas a minha relação de afeto, sem dúvida era muito com o Maurício. Quando ele faleceu eu me lembro que nós sentimos muito. Eu tinha uma amiga comum que trabalhava com ele, era a Ângela Damasceno, e ele era também uma pessoa que prestava muita atenção no detalhe, sabe naquela formação do jovem, e a Catia jovem e tinham aqueles professores ali prestando atenção no detalhe. Eu agradeço muito e em um momento, numa realidade que não tinham negros na universidade, nós éramos pouquíssimos, na minha turma [de 1984] de negros só tinha eu e o João Galdino. Hoje, você tem o debate das ações afirmativas, das leis de cotas, e você tem uma série de reivindicações, mas também de direitos. Quando eu entrei na universidade isso não existia, eu tinha um estranhamento e me lembro muitas vezes, tanto a Júlia Adão quanto o Maurício de Abreu falando “olha você passou aqui como todo mundo e você tem direito de estar aqui, portanto, você fale!” Porque eu não falava, eu entrava nas aulas muda e saía calada, não me posicionava. Eu me lembro bem que no final da disciplina Organização Interna das Cidades, o Maurício de Almeida Abreu gostava de fazer uma peça de teatro, um teatrinho, aí foi quando eu tive que falar muito. Então é isso, a relação construída é de afeto sim!

5 – DBN: Faz vinte anos que você trabalha com os pescadores artesanais (desde 2004), então, para você, o que é a pesca artesanal hoje e qual o sentido da atividade? Além disso, suas investigações e vivências têm apontado para quais principais conflitos e quais necessidades, em termos de políticas públicas para as pescadoras e pescadores?

CAS: Eu começo a trabalhar com a pesca por um acaso, porque eu tinha um projeto em 2003 com apoio da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), sobre formas de sobrevivência na metrópole. Eu venho de uma tese de doutorado estudando qualificação no Brasil Urbano, e uma das coisas que eu identifiquei naquela qualificação do Brasil Urbano da década de 1990, que era a década do Fernando Henrique, é de que havia uma mutação muito grande na determinação da mão de obra em relação aos empregos. Cada vez mais o trabalhador tinha que ser mais qualificado, vou dar um exemplo: antes um gerente ele podia não ter o ensino médio, mas na década de 1990 ele já teria que ter ensino médio e hoje ele tem que ter ensino superior. E aí eu fui estudando isso e vi que havia um grupo de baixa escolaridade que estava fora do mercado, estava num outro tipo de ocupação segundo o IBGE, foi quando eu fiz o projeto e começamos a trabalhar com esses grupos que nós chamamos na época de trabalhadores sobrevivendo no setor informal. Eu tinha um orientando de graduação que queria trabalhar a pesca, então nós trabalhamos três setores no projeto: a pesca artesanal, os catadores de reciclados e os vendedores ambulantes. A Sociologia já tinha tradição de trabalhar com os ambulantes, mas com os catadores não, porque somente em 2001 que os catadores passaram a ser reconhecidos como trabalho segundo o Ministério do Trabalho. Já os pescadores, eles tinham uma institucionalidade desde o período do império e sobretudo a partir da década de 1960. Mas muitos pescadores não tinham acesso a essa institucionalidade. Então eu comecei a trabalhar com isso especificamente na Baía de Guanabara, e esse mundo da pesca praticamente me levou para dentro dele. É tempo fenomenológico né [risos], eu não consegui sair mais. Os meus colegas costumam dizer que eu fui capturada pela rede dos pescadores e, assim, quanto mais você estuda mais tem coisa para estudar. Aí teve esse primeiro projeto e encaminhamos o segundo, também com o apoio da Faperj, para trabalhar então a cadeia produtiva da pesca na área da Baía de Guanabara com o espaço urbano. Porque eu não estudo pesca em geral, mas sim a pesca voltada para as áreas urbanas e o impacto desse urbano, da modernização, dos empreendimentos, dos conflitos e a

parte relacionada à redução das áreas de pesca. Eu venho trabalhando nessa perspectiva¹. Não é qualquer perspectiva, por exemplo, a pesca e em áreas rurais eu não trabalho. E, com isso, a gente vai canalizando para um campo mais específico do próprio tema dos conflitos, só que quando a gente começa a analisar esse mundo dos conflitos, é um mundo multifacetado, porque tem o conflito que está relacionado com a poluição, com a empresa que chegou e reduziu a área de pesca, tirou os territórios pesqueiros, mas também o conflito com as Unidades de Conservação, que cada vez que surgem e se expandem, elas impedem o pescador de passar, então esses são exemplos de conflitos socioambientais.

6 – DBN: Ainda sobre a pesca artesanal, o que as pesquisas têm demonstrado em relação à desigualdade de gênero e o papel feminino na atividade pesqueira?

CAS: Esse é um dos maiores problemas. Porque a pesca artesanal é muito machista. Na Bahia nem tanto, porque lá você tem uma participação forte das mulheres. Em Pernambuco também, nos movimentos sociais, mas na região Sul e Sudeste a pesca é muito masculina, não somente em função da atividade em si que é remar, que é pegar peso, mas também na organização política dos processos, inclusive de reivindicações. Mesmo assim a mulher tem um papel muito importante. Esse ano [2024] a gente já vem aprofundando o papel da mulher na pesca no estado do Rio de Janeiro, numa perspectiva do papel dela na comercialização e muitas vezes também, do papel dela em algumas organizações políticas, como as associações de pescadores e pescadoras. Também tem crescido entre os pescadores e pescadoras essa reflexão sobre o papel da mulher, delas falarem mais, se posicionarem mais, e, ao mesmo tempo, apresentarem a sua participação na cadeia produtiva. Isso quando a gente fala do pescado propriamente dito, porque existe um mundo invisível que é o mundo das marisqueiras no Rio de Janeiro, no Nordeste nem tanto, você já tem outro nível de politização. Mas a gente fez uma pesquisa em 2021 e vimos que tem um número muito grande de marisqueiras, de mulheres que muitas vezes ficam silenciadas. Isso é uma questão entre Ciência e o “mundo lá fora”, a gente tem feito uma reflexão sobre a importância não só de estudar o objeto do conhecimento, mas de

¹ SILVA, C.A. (org.). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

fazer uma reflexão sobre o sujeito do conhecimento. Nesse debate, o sujeito do conhecimento interfere na nossa maneira de ser e na nossa maneira de pensar. Quando a Ana Clara faleceu em 2011, isso foi um grande marco pra mim, os alunos do curso de pós-graduação e o professor Márcio Cataia da Unicamp me convidaram para eu falar sobre Ana Clara e fazia três meses de seu falecimento. Então, você imagina a dor que foi, no sentido de sentar, pegar todas as coisas que a gente estava trabalhando com ela, ela tinha um projeto em andamento comigo, e fazer uma reflexão sobre isso. E dali saiu um artigo sobre o fazer científico do pesquisador e da pesquisadora². Esse texto, ele é quase um trabalho de autoanálise, no sentido da minha reflexão de tudo que eu já tinha feito. A construção da minha própria identidade é a partir desse diálogo com os outros. Esse momento foi muito marcante e é marcante até hoje porque aí que eu começo a perceber aquilo que Ana Clara já problematizava no conceito de Cartografia da Ação Social, o quanto que a metodologia ela não pode ser rígida, ela tem que ter movimento o tempo inteiro. E o mundo da pesca me trouxe isso, porque a primeira vez que eu escrevi um projeto de pesca eu disse que ia estudar todo o estado do Rio de Janeiro e até hoje eu não consegui [risos], porque ou a gente fica no nível de abstração trazendo elementos gerais para a análise ou você vai buscar entender a dimensão da fenomenologia mesmo, da existência e ali você vê toda a forma de diferenciação da pesca no que se refere aos ambientes, ao tipo de conflito, aos petrechos, ao modo de vida. Por exemplo, um pescador de ilha, como a Ilha de Jaguarão, a Ilha de Marambaia, além de ser pescadores eles são quilombolas e isso vai trazendo toda uma pluralidade, uma profundidade muito grande. Eu trabalho muito o conceito de existência³, inicialmente a partir do Sartre, de quando ele diz “O existencialismo é um humanismo”, e, sobretudo, a responsabilidade que nós temos diante do outro. Esse dado muito marcante da minha responsabilidade diante do outro faz com que a gente tenha que repensar permanentemente as metodologias. E as metodologias não no sentido de Kant que você tem um ponto de partida e que você vai usar aquilo que você escreveu. Mas a metodologia como um ponto de partida sabendo que ela vai se transformar. Esse é o debate do fa-

2 SILVA, C. A. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 2, p. 220–240, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2436>. Acesso em: 24 fev. 2025.

3 SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. A. *Por uma Geografia das Existências: movimentos, ação social e produção do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

zer científico que os historiadores nos ensinam. Tem dois historiadores que me influenciaram muito sobre esse tema, um deles é o próprio Michel de Certeau que além de ter um livro maravilhoso que a gente estudava com Ana Clara que é *A Invenção do Cotidiano* (1980) ele vai fazer toda uma problemática em termos de método que discute exatamente isso, ele vai dizer “não cabe ao historiador o passado, é a partir do presente que se elege as questões do passado”, então ele vai chamar atenção nessa perspectiva. Um outro autor que vai chamar uma atenção para essa perspectiva, mas trabalhando em outra dimensão é o Eric Hobsbawn, quando ele também problematiza a escrita da história. Como como eu sou professora também da História Social desde 2007 isso também mexeu comigo. A gente também é influenciado, ao mesmo tempo que a gente transforma e produz coisas, também recebemos influência sobre esse meio onde vivemos e experimentamos.

7 – DBN: O que seria a “Geografia das Existências”, conte um pouco sobre como você desenvolveu essa categoria?

CAS: É uma categoria que nasce da luta. Em 2007 eu trabalhava com a Baía de Guanabara e os pescadores mandaram uma mensagem para eu ir à Federação dos Pescadores correndo, que estava havendo um conflito, e lá fui eu junto com o Alberto e os alunos. A Baía de Guanabara iria receber um terminal de gás liquefeito, ele foi construído, só que a presidência do setor de gás e energia da Petrobrás disse que a pesca ia acabar na Baía de Guanabara. Então você imagina, milhares de pessoas impactadas, e aí eu fui chamada lá pela Federação dos Pescadores que eles queriam conversar porque estavam aflitos, quando eu vi estava junto na reunião com a Petrobrás e pensei “o que eu estou fazendo aqui”, ou seja, mostrando o quanto que determinados assuntos levam você à militância e à luta. Porque os pescadores artesanais é um setor de confiança, ou você entra na luta com eles ou se não entrar, acabou, eles fecham a porta e você não entra mais. E aí é que a dimensão da existência, do Sartre, que a gente já estava lendo, vai ganhando corpo, no sentido da militância, de uma ciência militante, mas também de uma ciência cidadã. E aí o exercício é de parar e dizer para além da pesquisa-ação, “que geografia é essa que eu estou fazendo?”, e esse é um processo de autorreflexão que nós estamos fazendo também. Agora eu só consigo fazer tudo isso porque eu tive pessoas extremamente marcantes na minha história, como Ana Clara e Milton Santos, que foram determinantes! Quando Milton Santos vai começar a discutir um período popular da história, é essa discussão que

está sendo tecida. E quando Ana Clara vai falar da Cartografia da Ação Social⁴, é como você prestar atenção no sentido da ação, não na ação somente, mas no sentido do que move o sujeito. Então, a perspectiva da categoria Geografia das Existências nasce da luta, em oposição ao território normado. Porque quando eu chego nesse problema do gás liquefeito da Petrobrás chegando na Baía de Guanabara, eles se baseavam na norma, e a norma de segurança nacional da carta náutica, de que a cada novo empreendimento haveria a redução das áreas de pesca. E aí aquelas pessoas, pescadores e pescadoras, que continuam andando naquelas áreas que sempre andaram, naqueles territórios pesqueiros, que sempre tiveram lá, elas se tornam ilegais. Aí é quando a gente escreve um artigo dizendo da relação entre a geografia das existências, a vida das pessoas que estão lá circulando, e o território normado⁵. A carta náutica não é um mapa simples, é um mapa do controle territorial, e os pescadores já foram presos e eles são julgados no tribunal porque estavam nas coordenadas geográficas tais e tais e que se tornaram áreas proibidas à navegação e à pesca. Então, a Geografia das Existências é uma categoria que vai ganhando vida a partir dessa dimensão existencial mesmo.

8 – JCS: Como você construiu amarras teórico-metodológicas transitando pelo marxismo, pelo humanismo, pelo existencialismo, se firmando como intelectual de perspectiva eclética extremamente importante e necessária a partir da vida dos sujeitos e das lutas com as quais você se defrontou?

CAS: Isso é muito marcante para mim também. Uma coisa que me incomoda. Uma vez perguntaram para mim se a gente estava criando uma abordagem chamada “geografias da pesca” e eu disse que não. Geografia da pesca é uma metáfora porque o que a gente faz é Geografia, a gente precisa dialogar como Geografia. A segunda discussão que me incomodava, a gente conversava muito com a Ana Clara sobre isso, era dizer assim: “o trabalho que vocês fazem é estudo de caso, e eu que leio autores, eu faço teoria”. Não é. Ler um autor, não é fazer teoria. Isso Marx explica: fazer teoria é a capacidade de você olhar o mundo ver um conjunto de coisas que você não consegue explicar e buscar

4 RIBEIRO, L.H.L.; SILVA, C.A. Cartografia da Ação Social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método. **GEOSP Espaço e Tempo**, v. 26, n. 2, p. 187–203, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/187100>. Acesso em: 19 fev. 2025.

5 SILVA, C. A.; RESENDE, A. T. Ruralidades na metrópole do Rio de Janeiro: desafios para a análise. **Revista Tamoios**, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/502>. Acesso em: 24 abr. 2024.

explicar o mundo. Ao explicar o mundo, aí você vai usar a referência bibliográfica, claro, você vai discutir com a literatura acadêmica e científica, mas quando você está nomeando e renomeando o mundo, isso é fazer teoria. E isso é muito difícil, não é fácil não, a gente leva muitos anos para se entender nesse “rio”, porque é um “rio que vai levando a gente”. E por isso que a única coisa que eu ainda acabo sendo uma “geógrafa do século XIX” é quando eu falo de Geografia Urbana que eu ainda não consegui criar outro termo que desse conta da totalidade da qual a Geografia Urbana não consegue mais dar conta. E aí essa conversa com a literatura quer seja ela marxista quer seja ela do existencialismo, ela vai ser construída a partir dos desafios do objeto. Um objeto de estudo que não é estático, que se movimenta, que é multifacetado, que se esconde, que acelera, que às vezes acontece tanta coisa e as pessoas falam assim “explica, explica” e eu não consigo explicar. Na minha trajetória tenho aprendido a usar aquela literatura que é possível, aquela literatura que nos ajuda a decifrar o mundo, porque isso que é fazer teoria, é decifrar o mundo e o mundo tá muito mudado, nesses últimos 40 anos mudou muita coisa. Por exemplo, eu tive lá em Moçambique, a gente tá elaborando o Atlas Socioambiental de uma província chamada Sofala, e começamos a fazer o debate sobre o atlas em 2020, aí veio a pandemia e paramos. Eu tive lá agora [fevereiro e março de 2024] e eles disseram “temos que fazer um atlas que o último foi feito na década de 1980”, aí eu disse “a gente tem que discutir o que é um atlas hoje, não é a mesma coisa de um atlas da década de 1980, pois tudo mudou, o mundo está digital”. Uma coisa que vocês vão rir, mas podem rir, certa vez a gente fazendo o projeto da cartografia social de Ana Clara, fomos ter uma reunião da cartografia da UERJ e ela disse “Por que que o mapa não mexe? Vocês têm que fazer um mapa que mexe” os colegas da casa riam. Hoje se você for ver o mapa, ele se mexe. O que esses aplicativos de carro fazem é um mapa que se mexe. Isso não é uma mudança apenas tecnológica, isso altera nossa maneira de ver o mundo, de ver o tempo, o ritmo, o movimento do espaço, e nós vamos ter que enfrentar isso. Outro desafio é a questão da interdisciplinaridade, e aí eu vou falar um pouquinho disso, da minha experiência como professora. Eu fui professora do estado, do município e em 1995 eu fui fazer um concurso difícil, mas falei “vou fazer e ver no que dá”, do Colégio Pedro II, aí passei nesse concurso e entrei em 1995 no Colégio Pedro II, ficando até 2001. Porque em 1999 eu entro para a UERJ e não agüentei ficar nos dois empregos. O Pedro II é um colégio que está na Constituição Brasileira com a obrigatoriedade de fazer a Política Nacional de Educação, aí o Fernando Henrique como um bom

sociólogo que mandou a gente rasgar a Teoria da Dependência e eu rasguei o livro dele, inclusive, falei “eu não leio mais”, aí eu achei que ele passou para nós uma coisa muito difícil que era fazer os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). E eu tinha sete turmas e ministrava aula de sete da manhã até às 18 horas de terça e quinta-feira e no sábado na parte da manhã e pela tarde. Os estruturadores dos parâmetros curriculares chegavam, vinham lá de Brasília à noite chegava por volta de 19 horas da noite e falavam “vamos fazer um debate” a gente ia até meia-noite e era um debate, porque eles vinham com o debate de habilidades e competências e a gente ficava rindo, e aí sim o cara que era professor de inglês que dizia o que o colega da Física tinha que dar na aula, e a gente começava a rir ao mesmo tempo que a gente ria, a gente dizia “não é nada disso, a gente não quer discutir habilidade e competência, a gente quer discutir contextualização e interdisciplinaridade”. Então juntou professores de todas as áreas e a gente foi discutindo método, foi discutindo o sentido de fazer ciência. Então, a interdisciplinaridade na verdade é esse debate que a partir de um problema ou a partir de uma questão você trabalha com áreas totalmente diferentes. Então a Geografia começou a trabalhar com a área de Artes, com a Informática, com a Matemática, com a Língua Portuguesa, com a Literatura e a coisa foi sendo construída assim. A Geografia ensinava a fazer os trabalhos de campo, então aquele professor de português que não sabia o que era trabalho de campo, ele foi fazer o trabalho de campo porque o trabalho de campo era para nós a contextualização em Geografia e aí a gente foi trabalhando essa troca. Hoje, é claro, já mudou, tem outros parâmetros [como a BNCC]. No entanto, algumas universidades ainda trabalham com os Parâmetros Curriculares Nacionais como referência de contextualização e interdisciplinaridade, o vestibular da UERJ é um exemplo, o Enem outro exemplo. Porque o grande debate naquela época era o de não ensinar a Química apenas com cálculo, não ensinar a Física apenas com cálculo, mas levar para as experiências da vida. Então essa experiência ficou na história da educação brasileira.

9 – DBN: Em qual momento está a Geografia Brasileira hoje, se há um movimento de uma renovação que a aproxima dos sujeitos, do simbólico e das identidades? Estamos vivendo uma “segunda renovação da Geografia”?

CAS: Essa pergunta é difícil à beça. É difícil porque, assim, o movimento de renovação da Geografia pautado no Marxismo teve um debate extremamente rico, mas foi um debate mais de coesão, e a tendência que eu

vejo agora, pode ser que esteja errada, mas você tem ao mesmo tempo, o movimento que vai reconhecer a questão dessa totalidade do ser, a questão negra, de gênero, étnico-racial, etária, da juventude, das comunidades tradicionais etc., mas ao mesmo tempo eu ainda não vi um debate de uma coesão, então assim, por exemplo, eu tenho trabalhado junto com o Prof. Cristiano Quaresma de Paula na criação da Rede Nacional Geografias da Pesca⁶ e essa rede nada mais é do que todas as pessoas que estudam pesca artesanal, pesca de rio, de mar, etc., a gente se encontra, a gente faz uns trabalhos, a gente debate. Na Anpege, junto com a Catarina, com Guiomar, agora com Mário Santos, com o Cristiano, a gente tem um debate também que vai falar da questão da relação entre cultura e os povos tradicionais. Só que eu acho que ainda falta um debate ampliado da Geografia que vai dialogar com isso nos contextos dos outros temas, então assim, a sensação que eu tenho é a de que existe sim uma renovação que afirma o seguinte: o método marxista e/ou a dialética tem limites, ajudam sim a entender os contrários, os paradoxos, a lógica do capitalismo, mas tem seus limites na medida em que não reconhece essa dimensão que alguns autores vão chamar de decolonialidade. Ao mesmo tempo que isso é muito interessante, isso produz uma certa fragmentação também, a sensação que eu tenho é essa, eu acho que em algum momento nós teríamos que discutir essa totalidade geográfica a partir do lugar de fala, do lugar de estudo. Por isso que eu tenho muita dificuldade de dizer “olha o que você faz é Geografia da Pesca, o que você faz é Geografia Negra, o que você faz é Geografia das Mulheres, o que você faz é Geografia Fenomênica, o que você faz é Geografia Marxista”. Eu acredito que essas classificações não dão mais conta, porque o mundo é uma totalidade, eu posso falar para todo lugar, mas esse meu lugar precisa dialogar com o todo, esse que é o desafio.

10 – DBN: E você vê na Ecologia Política uma possível resposta para esse embate?

CAS: Sim, e sobretudo que não é só a Geografia sozinha. Por exemplo, diante de um problema na Baía de Sepetiba, quando um pescador chega pra mim, o Sergio Hiroshi, e diz “professora, eu pesquei um peixe muito estranho”, eu digo “isso é química, o pessoal da área de química que vai fazer uma análise química desse animal”. Eu não sei, mas aí eu levo para a pes-

⁶ Disponível em: <https://geografiasdapesca.furg.br/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

soa que sabe. E nós criamos em 2021 o Observatório Socioambiental da Baía de Sepetiba⁷, que tem um aplicativo, uma dimensão da metodologia participativa, porque são os pescadores que mandam a mensagem para nós, fazem a denúncia e tudo mais. Ao mesmo tempo a gente fez um diálogo com professores de diferentes áreas. A gente trabalhou com o pessoal da Geomorfologia, da Cartografia, da Biologia, da Biologia Marinha, da Química, para poder entender e dar resposta para o pescador. Então esse que é o maior desafio da Geografia hoje, porque a especialização nos leva até um certo limite, mas existe um outro momento de uma necessidade holística, de um retorno, acho que a sensação que eu tenho agora, de conseguir explicar o todo. Como é que a gente explica o todo? Não é voltar àquela Geografia ou àquele período dos naturalistas, que o sujeito era ao mesmo tempo geógrafo, geólogo, astrônomo, não é isso? Mas trata-se de ao mesmo tempo você saber que a leitura especializada ela chega ao limite e como é que você volta para articular e conseguir responder o mundo, quer seja no campo do planejamento territorial, quer seja na questão ambiental? Então são essas coisas que precisam ter uma dimensão da horizontalidade. Eu não abandono o método dialético, mas eu introduzo o método dialógico, e é exatamente o debate lá posto por Edgar Morin quando ele vai falar do pensamento complexo⁸, a complexidade que é o desafio. E aí para nós geógrafas e geógrafos, que dizemos assim “mas a geografia sempre trabalhou com complexidade”, mas nós trabalhamos com a complexidade caminhando para uma especialização. E agora como é que a gente faz para retornar? Há uma necessidade de uma reestruturação curricular e a gente tem dificuldade disso. Como é que você vai estruturar até o ponto que você não vai perder a essência, mas ao mesmo tempo que você consiga trazer uma produção intelectual contemporânea? Porque nós estamos no século XXI, nós não estamos mais no século XIX, nem no século XX, e é isso o estado da questão. O desafio hoje é como pensar a questão ambiental a partir da perspectiva humana.

7 Projeto “Observatório socioambiental da Baía de Sepetiba: metodologias participativas com pescadores e coletores artesanais na investigação, organização de acervo e subsídios para a proteção dos manguezais”. Disponível em: https://funbio.org.br/programas_e_projetos/pesquisa-marinha-e-pesqueira/observatorios-socioambiental-da-baia-de-sepetiba-metodologias-participativas-com-pescadores-e-coletores-artesanais-na-investigacao-organizacao-de-acervo-e-subsidios-para-a-protecao-dos-manguezais/. Acesso em: 24 fev. 2025.

8 MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

11 – JCS: Esse é um debate muito importante. Havia setores dentro da Geografia que foram contra esse debate ambiental, que achavam desnecessário. Mas quando um tsunami no Japão atinge não sei quantas cidades litorâneas, ou é encontrado micro plástico na corrente sanguínea de bebês, como se vai buscar uma explicação sem tratar da questão ambiental? Uma das coisas que eu ouvi na França, é o quanto a nossa Geografia é forte, importante, significativa, mas não era autônoma, não era inovadora no sentido de temáticas insurgentes. Eu vejo exatamente algo muito diferente quando ouço grandes intelectuais brasileiros, inclusive na sua voz agora, o quanto que nós [no Brasil, na Geografia Brasileira] temos um pensar que tem relação direta com os dilemas que a gente vive. Na França, se falava muito de uma Geografia Canadense, por conta do diálogo com os indígenas estar produzindo algo novo, e eu acho que quando nós falamos com os pescadores, com os ribeirinhos, também com os indígenas, nós também estamos propondo um outro jeito de pensar o mundo. Por exemplo, essa Geografia das Existências de que você fala é algo muito diferente do que a gente encontra no caso inglês, quando se compõe uma geografia social ou mesmo no caso norte-americano ou francês, que são muito mais ligados à geografia cultural. Eu queria que você pudesse comentar um pouco se temos uma autonomia ou não na construção de uma Geografia ou se somos só um reduto de influências inglesas e norte-americanas, principalmente?

CAS: Tratar disso não é uma coisa simples. Eu teria que parar e pensar com mais calma. Mas uma coisa assim que mexe comigo é a dimensão da nossa estratégia, do nosso diálogo com a América Latina e com a África. Hoje eu entendo melhor Milton Santos quando ele faz ele vai para Europa, ele vai para os Estados Unidos, mas ele também circula na América Latina e na África. Aí você passa a ter uma visão de uma complexidade e de uma totalidade que eu não sei te dizer ainda se isso se caracteriza como uma nova frente, mas o que a gente percebe é a necessidade de olhar o mundo a partir do lugar como centro. Eu vou te dar um exemplo, eu estava assistindo uma música semana passada de um artista moçambicano, ele já é um senhor de idade e é uma referência internacional, em algum momento ele diz em uma música “Nós somos o centro”, então a própria perspectiva de dizer o que é o centro hoje, esse que é o grande debate. E aí o outro desafio é a China, um dia a gente poderia conversar com outro geógrafo que é o Elias Jabbour, que hoje está no BRICS e é professor da UERJ, formado, mestre e doutor em Geografia. Então assim, onde é o centro? Essa é a dis-

cussão que existe, e aí não são os colegas da França, os colegas dos Estados Unidos ou do Canadá que vão dizer para nós onde é o centro. Somos nós que vamos ter que dizer onde é o centro. Esse que foi o desafio do Milton Santos, ele era amado, mas era criticado também, porque ele tinha uma força e uma coragem de dizer que ele estava produzindo teoria da urbanização a partir de um outro lugar, do Sul Global. Quando ele vai trabalhar no livro *A Urbanização Brasileira* (1993) e quando ele começa a discutir o conceito de urbanização, ali ele vai colocar o Brasil como centro, a América Latina, como centro para pensar o todo. Não são exercícios fáceis porque o mundo acadêmico também é lugar de muita disputa. Eu fui chamada para participar de um conselho científico de uma revista da Índia, eu quase tive um “troço” [risos], porque lá eles fazem uma Geografia muito diferente, é uma Geografia a partir das castas. Porque de fato um grande centro, um centro único, isso está se perdendo, não só a partir de uma lógica econômica, da globalização, como também a partir de uma globalização da cultura, que vai produzir não uma cultura única, mas uma cultura multifacetada e a ciência não tem como ficar longe disso, não tem como ficar isolada disso. Eu acho muito interessante porque nós sempre citamos o local e o global, mas não existe global, ele é disputado. Na última viagem para Moçambique eu comprei dois livros um na área de literatura portuguesa em Moçambique, mostrando como se deu a luta da construção da literatura, qual o papel da literatura na história de Moçambique, e tinha um dos artigos que mexeu muito comigo. O autor começa a falar das africanidades e do Pan-africanismo, ele começa a explicar o debate da negritude, que nasce nos Estados Unidos, dizendo que aqueles autores estadunidenses eles aprenderam com os intelectuais africanos, uma delas é uma mulher que eu quero até escrever sobre ela, de Moçambique, e que na década de 1950 ela já fazia esse debate. Mas a literatura acadêmica diz que o debate da negritude é dos Estados Unidos, e agora? Dentro da história do pensamento, do trabalho intelectual, quanta coisa ainda tem que ser dita. Por isso que a estratégia é a gente circular. Eu acho que a própria História do Pensamento ela precisa ser reescrita, são as escritas da história, é o que os historiadores chamam de escritas da história, quanto que a história pode ser contada várias vezes, aquele mesmo assunto. Então esse artigo mexeu comigo.

12 – JCS: Mas é por quê a história realmente é contada na perspectiva norte-americana e europeia, então que história que nós temos que contar? Temos que visitar muita coisa.

CAS: Exatamente, revisitar muita coisa, esse é o desafio. E aí numa perspectiva geográfica, uma coisa que eu converso muito isso com meus colegas que dão ensino de África, eu falo “vocês têm que ir na África”. Fica ministrando Ensino de África, falando do bom selvagem, que lá só tem pobreza, vai lá ver a África do Sul, vai ver como ela está hoje. Essa lógica do capitalismo que não é mais o capitalismo só europeu, é sobretudo asiático, é impressionante, é uma outra coisa. Sabe aquela coisa que Marx falava, fazer teoria é decifrar, é esse que é o desafio, tem muita coisa para ser renomeada, nomeada. Esse é o desafio.

13 – DBN: Quais os principais embates que você tem travado e também como você vem enxergando a docência no Brasil, as distâncias e as possíveis interfaces entre ensino superior e educação básica?

CAS: Eu acho que aí tem várias coisas, a experiência com o Colégio Pedro II ela nos ajudou a ver primeiro a importância de ouvir o professor. A mesma coisa que eles falam, a gente precisa ouvir os pescadores, a gente precisa ouvir as populações tradicionais, eu diria que a gente também tem que ouvir a perspectiva dos professores. Porque a gente tem no Brasil um problema muito sério estrutural da escola pública, e isso piorou, não melhorou, talvez em algum momento foi melhor, mas piorou muito da década de 1980 em diante, que é essa dimensão de um debate sobre o tipo de escola e o tipo de ensino desejado. Muitas vezes você tem, por exemplo, uma experiência que a gente teve no Colégio Pedro II, que durou um período, ficou aí as marcas nos vestibulares, no Enem. O Enem hoje não pode ser uma prova de Matemática, de Física, de Química só com cálculo, ele tem uma história e tem uma contextualização, então isso fez parte daquele momento da década de 1990. Porque a educação é muito envolvida com as questões políticas de cada época. Nem precisa falar do que foi na época do Bolsonaro [2019-2022], a escola sem partido é realmente o extremo da ideologia conservadora. O que precisa hoje em termos de educação é um debate profundo, mas a partir da fala dos professores que estão lá na sala de aula. Não adianta fazer grandes debates, trazer grandes referências, porque grandes referências nós já temos, nós temos a referência de Paulo Freire que hoje é estudado no mundo inteiro. Eu fui lá em Moçambique e tinha gente estudando Paulo Freire, eu tive na França e tinha professor e um movimento chamado 4º Mundo⁹ lendo Paulo

⁹ Disponível em: <https://www.atd-quartmonde.fr/qui-sommes-nous/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

Freire. E por que o Paulo Freire não é aplicado no Brasil? Tem uma dimensão que perpassa por um debate não só estético, mas sobretudo ético. Quando eu era professora na escola pública eu tinha embate com professores que diziam que o aluno não entenderia se eles explicassem bem, aí eu dizia para eles: “mas eu vim da escola pública”. No Brasil tem uma determinação, uma coisa muito estranha: tem a escola pública, que são os colégios de aplicação, como o Colégio Pedro II, tem os colégios militares, que são escolas públicas para o alto nível de elitização e tem a escola pública do “povão”, e essa fica como se fosse um outro ensino. Isso é um problema que a gente tem que enfrentar de verdade e aí tem a ver com a carga horária. Por exemplo, houve agora o Novo Ensino Médio e várias escolas tiraram Geografia, mas nas escolas tradicionais, como o Pedro II e o Colégio de Aplicação da UERJ, não houve essa mudança. E aí aquele garoto lá do Pedro II ele passa no vestibular sem fazer pré-vestibular, entende? Então, por que é que nas redes estaduais a gente não pode fazer um debate de profundidade? Não só trazendo os pais, mas trazendo o próprio professor da sala de aula. Não adianta fazer mais teorias, em termos de educação, eu acho o que tem que fazer é uma reflexão de ética, de qual escola a gente quer de verdade.

14 – JCS: Falando da situação do que é ser professor no Brasil, a partir de uma experiência de quase 50 anos como aluna e depois como professora, que dificuldades você vê e que soluções foram dadas nesse período para prática docente?

CAS: Eu acho que existe uma coisa assim, eu sempre fui associada ao Sepe (Sindicato dos Profissionais em Educação do Rio de Janeiro) e ao Sinpro (Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região), mas quanto aos sindicatos, eu acho que os próprios sindicatos não enfrentam a questão central. Eles discutem o salário, mas não discutem a carga horária de trabalho, não discutem os tempos de aula, e cada vez mais nesses anos todos o que a gente tem visto é redução da carga horária, o professor tem muito mais turma, e ele passa a ser na verdade um instrutor. Por que, o que é a educação? Como dizia Paulo Freire, é o tempo que você tem de uma construção, não só de um conteúdo, não só de uma referência, de um instrumento, como a alfabetização, mas de trazer o mundo, de dar sentido ao mundo, de entender o universo, e aí o professor ele precisa ser esse educador que mergulha no diálogo com sua turma. É um absurdo um professor ter 20 turmas, é desumano para essa pessoa. E esse debate infelizmente não é feito ainda no Brasil.

15 – DBN: Com relação às trajetórias de pesquisadoras e pesquisadores negras, negros e indígenas, a senhora traz um posicionamento antirracista e anticolonial que se coloca para além dos temas escolhidos para pesquisa. Diante de sua história de vida enquanto mulher, negra e pesquisadora, vindo de sua vivência no século XX, como tem percebido a atual produção acadêmica brasileira pós políticas afirmativas?

CAS: A consciência do racismo a gente tem desde que a gente é criança no Brasil, o Brasil é um país racista. Agora, a luta antirracista ela é uma coisa mais recente para mim, é uma coisa que eu aprendi muito com as meninas jovens. Quando eu fui diretora da extensão na UERJ, em 2016, eu fui chamada por um coletivo de mulheres para uma reunião na ALERJ e lá tinham meninas de várias universidades públicas e particulares, achei muito interessante aquilo e a forma como aquelas meninas falavam sobre a condição de ser mulher e a condição de ser mulher negra nos espaços universitários, aquilo me marcou tanto que quando eu cheguei em casa eu chorei, porque essas meninas tem a capacidade de falar o que eu sentia mas que a minha geração não podia falar. Aí sim eu acho que tem uma mudança epistêmica, não epistêmica só no sentido do fazer ciência, mas filosófica, que é essa capacidade de falar sobre sua própria condição de violência, isso é muito recente. Tudo isso eu tenho aprendido nos últimos 20 anos com essa geração nova. Essa geração é mais potente no termo de reivindicação de construção comunicacional da fala, então esse é o dado. Quando eu assumo a Pró-reitora de Política e Assistência Estudantil, a primeira coisa que eu fiz foi pegar todos os professores que trabalhavam o tema e criamos uma câmara das ações afirmativas antirracistas, então a gente fez esse debate pra produzir o entendimento e a complexidade. Porque uma coisa é você achar, a outra é você mergulhar pra estudar. Foi quando eu comecei a estudar de fato, a literatura né, a Conceição Evaristo conversou com a gente, e aí você começa a entender melhor essa dimensão como um universo também, como uma leitura de mundo. A luta antirracista ela não é só uma luta por deixar de ter vulnerabilidade, por deixar de ter desigualdade, não é só uma luta econômica e financeira, ela é uma luta existencial, e não só existencial pro outro, ela é sobretudo existencial para você mesmo. Porque quando estamos inseridos numa sociedade racista você é durante muito tempo ensinado a aceitar determinadas coisas e tem algumas coisas que você não aceita mais, é um trabalho coletivo é uma construção coletiva também.

16 – JCS: Uma das coisas que eu vejo muito importante na trajetória do Milton é como ele não se posicionava como um defensor dos intelectuais negros, ele se colocava como uma voz de crítica social em geral, mas não em uma perspectiva étnica.

CAS: Exatamente, e esse é o meu debate. Eu quero ser livre, Milton Santos me ensinou que eu tenho que ser livre e se eu assumir uma coisa muito especializada eu vou ter que concordar com aquilo que não concordo, que é o dogmatismo. Porque uma coisa importante no trabalho intelectual é a gente poder falar aquilo que a gente sente e aquilo que a gente acredita. As pessoas me perguntam quando é que eu vou me aposentar, sobretudo a minha família. Mas eu não penso em me aposentar tão rapidamente. De qualquer maneira existe um outro elemento que entra no nosso pensamento que é a dimensão geracional, o que estamos deixando, o que já está ficando como contribuições. E é muito importante essa juventude chegando e que vão contribuir para a transformação do mundo.

17 – DBN: Você vem atuando com os pescadores e Universidades em Moçambique, como tem sido essa atuação e qual é a Ciência e a Geografia que eles têm feito lá em Moçambique, um país “jovem”, socialista e pós-colonial?

CAS: Em 2014, estive em Moçambique e fizemos um trabalho de campo, foi quando começamos um diálogo. Eles têm um centro de desenvolvimento comunitário e ambiente e a gente vem trabalhando nisso. Eu ajudei a montar um Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Comunitário, tive contato com os alunos, e agora o doutorado também foi aprovado e logo irá começar. E assim, é uma relação de trabalho intelectual, mas de muita amizade também. O que significa a palavra amizade? Significa assim, eu acho que isso é um defeito que eu aprendi com a Ana Clara, porque a gente começa a trabalhar com a pessoa e a gente não consegue parar de trabalhar com ela [risos]. Então o professor Raimundo tá com uma equipe de novos professores. Agora [fevereiro e março de 2024] fizemos trabalho de campo, saímos e fomos fazer até Safari, marcar pontos no GPS. Estamos fazendo esse Atlas de Sofala, que é um Atlas Socioambiental que vai fazer uma análise da Província de Sofala com vários elementos da geografia física, das questões ambientais, de ciclones, secas etc., mas também da dimensão social, e, por isso, é um Atlas Socioambiental. E os dados da pesca estão estarão presentes lá. É um trabalho que uma coisa vai puxando a outra. Fez 10 anos esse trabalho com Moçambique e durante a pandemia

escrevemos juntos um texto sobre pandemia no Brasil e pandemia em Moçambique¹⁰. Eles muito assustados em função do sistema de saúde e que bom que não cresceu tanto a pandemia lá, eu não sei te dizer o porquê, teria que ver lá com os curandeiros [risos]. Porque lá você tem a força da saúde popular, a chamada saúde tradicional é muito forte em Moçambique. Na elaboração desse Atlas, por exemplo, cada um vai assumir uma parte e meu grupo de pesquisa vai pegar o mapeamento da parte da pesca. Aí tivemos reuniões com a equipe do Ministério da Pesca de lá, com o Instituto de Estatística, e a coisa vai sendo construída. Tudo com muito respeito e com muita calma, porque o projeto começou em 2014, quando a gente tinha lá um determinado tema para trabalhar. Em 2020, a Universidade Pedagógica de Moçambique foi dividida em cinco outras Universidades, que se tornam Universidades Regionais, aí é criada a Universidade de Licungo, que abrange essa região da província de Sofala. E então a gente faz o novo acordo de cooperação entre a Universidade de Licungo e a UERJ, para focar e sair com um plano de trabalho para a elaboração do Atlas. Só que em 2020 e 2021 vem a pandemia. Aí voltamos os trabalhos em 2022, com as primeiras reuniões, demos um curso de extensão sobre cartografia e indicadores, pra ensinar como é que a gente vai elaborando os indicadores a partir de questões. Porque uma coisa são os indicadores que já existem, outra coisa é como elaborar novos indicadores. A discussão com o curso de extensão foi essa, que terminamos agora (março de 2024) com a aula prática e os trabalhos de campo. Então assim, eu sempre converso com eles numa perspectiva de não produzir verticalidade, como se eu soubesse tudo e eles não soubessem nada. Eu falei assim: “não é nada disso, vamos acabar com essas coisas”. E aí fizemos todo um exercício que não foi fácil, que foi chegar e dizer que nós estávamos lá para discutir o trabalho intelectual deles também, porque nós chegamos lá e a maior parte dos trabalhos eram publicados por autores de fora, exceto na área de Letras e Literaturas, nisso sim tem uma produção moçambicana enorme, a produção artística deles é incrível. Eu fui no Ministério da Cultura e no Museu Nacional das Artes e vi que eles têm produções avançadíssimas, mas no campo da Geografia ficou muito dependente de uma Geografia Europeia. E quan-

10 SILVA, C. A.; MONIE, F.; MULHAISSE, R. A. Coronavirus / Covid-19 pandemic in Mozambique: challenges for reflection on the territorial and socioeconomic contexts of health policy. *Geosaberes*, v. 11, p. 674-692, 2020. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/1101>. Acesso em: 20 fev. 2025.

do nós chegamos lá eu disse “não vou dizer nada que devemos fazer, nós vamos construir juntos”. E esse trabalho tem sido feito dessa forma, a ponto de mostrar para eles o que é o trabalho intelectual. Gramsci já dizia que “todos nós somos filósofos”, então, trabalho intelectual é a capacidade de pensar, de produzir, de fazer as leituras, de construir e desconstruir. São exercícios que não são fáceis, porque é muito fácil construir uma relação histórica de dominação e dominado, mas não é assim. E agora o professor Frederick Monie conseguiu montar um núcleo chamado Geo África, então tem mais intelectuais africanos chegando. O legal é que esse grupo trabalha na perspectiva das epistemologias dialógicas, em que ninguém é dono da verdade, todos nós vamos construir juntos qual a verdade que a gente quer. É um pouco isso, acho que eu terminei. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RIBEIRO, L. H. L.; SILVA, C. A. Cartografia da Ação Social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 26, n. 2, p. 187–203, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/187100>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, C. A. Contribuições para a política de pesca em Moçambique. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 5, n. 1, p. 41-52, 2024. Disponível em: <https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/197>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, C. A. (org.). **Pesca Artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A. O fazer geográfico em busca de sentidos ou a geografia em diálogo com a sociologia do tempo presente. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 2, p. 220–240, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2436>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, C. A.; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. A. **Por uma Geografia das Existências: Movimentos, ação social e produção do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, C. A.; MONIE, F.; MULHAISSE, R. A. Coronavirus / Covid-19 pandemic in Mozambique: challenges for reflection on the territorial and socioeconomic contexts of health policy. **Geosaberes**, v. 11, p. 674-692, 2020. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/1101>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, C. A.; RESENDE, A. T. Ruralidades na metrópole do Rio de Janeiro: desafios para a análise. **Revista Tamoios**, v. 4, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/502>. Acesso em: 24 abr. 2024.

EDITOR DO ARTIGO

Cláudio Luiz Zanotelli

*Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Espírito Santo, Brasil
claudio.zanotelli@ufes.br*

Artigo recebido em: 04/06/2025

Artigo aprovado em: 04/08/2025

Artigo publicado em: 05/08/2025